



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



**DIRETORIA DE COMISSÕES
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES**

**Ata da Audiência Pública da Comissão de
Saúde – COMSAU, realizada no dia
06.07.2023.**

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas e cinquenta e três minutos, foi realizada a Audiência Pública da Comissão de Saúde – COMSAU, sob a presidência do vereador Elan Alencar (DC), em atendimento ao Ofício n.º 118/2023 – DPLAN/GABIN/SEMSA, com o fito de apresentar e discutir com a Comissão o Relatório Detalhado do 1º quadrimestre de 2023. Estiveram presentes os vereadores: Daniel Vasconcelos (PODE), Kennedy Marques (PMN), Marcelo Serafim (PSB) e Lissandro Breval (AVANTE). Participou, também, o vereador Eduardo Alfaia (PMN). Ainda, a reunião contou com a presença do Secretário de Articulação Política da Prefeitura de Manaus, o senhor Walfran Torres. Representando a SEMSA, participaram: Shádia Fraxe, Secretária Municipal de Saúde; Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, Subsecretário de Gestão da Saúde; Vanilce Lima, Diretora de Planejamento; e Nelma Holanda de Brito, Técnica do DPLAN. Após proceder aos trâmites legais de abertura dos trabalhos, o presidente da Comissão informou aos vereadores presentes que a reunião visava a apresentação do relatório do 1º quadrimestre de 2023 pela equipe técnica da secretaria, concedendo, logo em seguida, a palavra à senhora Shádia Fraxe, Secretária Municipal de Saúde da SEMSA, que agradeceu a recepção dos vereadores da Casa e encaminhou a apresentação do relatório à Diretora de Planejamento da SEMSA. Com a palavra, a senhora Vanilce Lima iniciou sua participação pontuando a legislação federal, a qual determinava a apresentação do Relatório do Quadrimestre na Casa Legislativa, e, no momento seguinte, apontou que a equipe técnica aproveitaria a oportunidade para expor as dificuldades encontradas durante a execução dos afazeres pela secretaria, consequentemente tencionando o apoio dos parlamentares. A apresentação do relatório foi realizada por meio de slides, pontuando e dialogando item a item com os vereadores presentes, entre os quais, o primeiro tópico, referia-se ao contingente populacional, oportunidade que evidenciou o último censo do IBGE, o qual demonstrava que o contingente populacional de Manaus estaria em torno de 80%, afirmando que houve uma redução populacional no Município. Ao pontuar o item que abrangia: missão, visão e valores, a diretora de planejamento explicou cada um, sendo que, no tocante a missão, destacou a responsabilidade do município com a atenção primária, enquanto que os atendimentos de atenção média e alta complexidade eram de competência do Estado. No tocante aos valores, após citar todos os itens elencados nele, enfatizou a



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



humanização dizendo que era trabalhoso. Na sequência, explicou as ações que vinham realizando por entenderem que fazia parte do conceito de saúde. A seguir, falou sobre o mapa estratégico, apresentando os desafios em todos os eixos para que a missão da secretaria fosse alcançada, chegando a visão de futuro. Enfatizou que o maior desafio era o financiamento da saúde, o qual precisava ser discutido para ser bem trabalhado porque, segundo ela, "fazer saúde não era barato". De acordo com a secretária, a atenção primária, quando era resolutiva, teve seus problemas minimizados. Por conseguinte, ressaltou a necessidade de discutir em todas as casas legislativas os recursos destinados à saúde, a fim de abolir o conceito de que a discussão só seria necessária quando houvesse necessidade de fazer ajustes, reforçando que havia milhares de pessoas buscando atendimento, e precisavam atender, porque o Município era responsável pela atenção primária, tendo recursos ou não. Ainda, falou que o Município já aportava vinte por cento de sua arrecadação própria, mas pelo fato de não haver contrapartida do estado, o aporte do governo federal acabava sendo ínfimo diante do aporte do tesouro municipal. Por essa razão, recomendou aos parlamentares um olhar diferenciado no item que abrangia a parte financeira, pois seria ele que daria suporte a tudo. Se não fosse garantido o orçamento para viabilizar todos os eixos, isso iria impactar no resultado e no alcance da missão da secretaria. Em seguida, o Subsecretário de Gestão da Saúde, Djalma Pinheiro, em consonância com a explanação da diretora de planejamento, no tocante ao contingente populacional, enfatizou que o novo censo do IBGE era importante para estimar o denominador da cobertura da atenção primária, pois evidenciava a alteração populacional. Apesar do plano de gestão do prefeito ter ultrapassado a meta, a redução na arrecadação do PREVINI Brasil trouxe prejuízos por conta da redução populacional, informado pelo último censo do IBGE. Retornando a palavra à senhora Vanilce Lima, o tópico que foi abordado posteriormente referia-se área rural, uma área infinitamente maior, onde teriam que fazer atendimento em lugares que não dispunham da mesma estrutura da cidade, contudo, de acordo com a diretora, o atendimento tinha que ser feito. Outra vez, o subsecretário Djalma Pinheiro explicou o mapa da cidade de Manaus, aclarando que a área colorida consistia em sete por cento do território de Manaus, onde estava concentrada a população ribeirinha e rural, e que todo o restante, ou seja, a parte assinalada com a cor acinzentada, representava noventa e três por cento de todo o território que era caracterizado como a cidade de Manaus, evidenciando que o município era composto também pela área rural e ribeirinha, o que tipificava um desafio muito grande para a secretaria realizar as atividades. Logo, a senhora Shádia Fraxe interveio dizendo que a SEMSA vinha se empenhando, junto ao Ministério da Saúde, para que ele tivesse o percebimento da real peculiaridade do território de Manaus, e, com isto, o repasse fosse condizente com a realidade do município. Reforçou mais uma vez que os parlamentares fossem porta-vozes sobre as especificidades da região amazônica. Na sequência, o subsecretário de gestão em saúde, Djalma Pinheiro, pontuou sobre as atribuições do município na execução



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



da saúde, destacando a lei que estabelecia a participação do estado na atenção primária à saúde. Além disso, solicitou ajuda dos parlamentares junto ao Governo do Estado. Foi registrada a presença do vereador Eduardo Alfaia. Continuando os trabalhos, a senhora Vanilce Lima falou a respeito da rede física e suas especificações, aclarando que a média e alta complexidade foram criadas para dar resolutividade aos tratamentos iniciados na atenção primária e por entenderem que o indivíduo merecia ter atendimento integral à saúde. De acordo com ela, essa rede foi crescendo, e, por conta disso, ela precisava ser discutida para ampliar o atendimento. Com relação aos recursos financeiros, a diretora de planejamento falou que esse atendimento era custeado pelo governo federal, mas, apesar disso, buscaram entendimento junto ao governo estadual para a possibilidade de um cofinanciamento desse serviço, sem êxito até o momento. Corroborando sua antecessora, o senhor Djalma Pinheiro disse que, apesar de todos os entraves, a SEMSA, na gestão da secretária Shádia Fraxe, havia inaugurado dois serviços de atendimento voltados para os exames de mamas, ressaltando que as ações adotadas pela SEMSA tinham o intuito de ajudar e somar esforços para fortalecer o sistema público de saúde como um todo. Ainda, sobre o estudo realizado recentemente na maternidade Moura Tapajós, falou que foi constatado que 10% de todos os partos realizados na referida maternidade foram feitos em moradores de outras localidades, assim como outro estudo realizado na atenção primária constatou que 34% do atendimento foi voltado para moradores de outro local, sem a coparticipação do Estado. As colocações do subsecretário foram reforçadas pela Secretaria de Saúde Municipal. Na sequência, o vereador Marcelo Serafim falou que um exemplo dessa omissão estadual estava expressa nas atitudes dos representantes de medicamentos do interior, que vinham à capital com receitas de medicamentos, principalmente controlados, para serem adquiridos nas farmácias municipais, uma vez que essa aquisição não poderia ser negada, enfatizando que o interior do estado recebia recursos maiores que o município para esse fim. A diretora de planejamento concordou com a colocação do parlamentar. O vereador Eduardo Alfaia falou que deveria ser levado em consideração os recursos da capital. Logo, a senhora Shádia Fraxe interveio, dizendo que todo o orçamento destinado à saúde era concentrado na Secretaria Estadual de Saúde (SEAS), direcionando essa dependência do município para ela. A senhora Vanilce Lima, a seguir, disse que a centralização dos recursos era uma opção do estado que precisava ser amplamente discutido para que o quadro atual fosse mudado. Segundo a diretora, a regionalização poderia oferecer um panorama favorável a todos. Para tanto, solicitou apoio da Casa Legislativa. A senhora Shádia Fraxe apresentou, em seguida, as estatísticas de atendimentos. Logo após, o vereador Elan Alencar, presidente da COMSAU, falou que a regionalização vinha se estendendo há anos, isso deveria acontecer urgentemente. Como exemplo, citou sua experiência como diretor de hospital no município de Eirunepé/AM. Com a palavra, o senhor Djalma Pinheiro citou, como exemplo, o estado de Minas Gerais, que descentralizava o teto MAC,



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



limite financeiro de média e alta complexidade - recurso esse que há pouco tempo o estado do Amazonas recebia para execução dos tratamentos - sendo que 25% dessa verba recebida era distribuída em todo o município, incluindo Manaus. De acordo com o orador, essa verba era ínfima, além de que gerava um círculo vicioso entre o estado do Amazonas e o município de Manaus. Na sequência, indagou aos parlamentares presentes se sabiam o valor que o estado de Minas Gerais recebia do teto MAC, respondendo, em seguida, que era aproximadamente um bilhão de reais por ano. O vereador Eduardo Alfaia perguntou se era maior que o valor destinado ao estado do Amazonas. Em resposta, o secretário Djalma Pinheiro disse que sim, e que o plano regional integrado (PRI) discutia tudo isso, apesar dos empecilhos, pois, para alguns, isso representava perda de poder, já que descentralizava recursos e assistência. Como exemplo dos entraves que a SEMSA enfrentava, citou os recursos enviados pelo Ministério da Saúde para diminuição das filas de cirurgias eletivas, recursos esses que o Estado queria decidir sua destinação. Essa situação gerou uma briga gigantesca com a Comissão Intergestora Bipartite (CIBIS), que, depois de muita discórdia, fez com que o Estado cedesse e mandasse os municípios ficarem com 40% desse valor. Com isso, o morador do interior não precisaria vir a capital para fazer a cirurgia eletiva porque, agora, poderiam realizá-la na localidade em que moravam. Depois disso, disse que acreditava que a união dos municípios mudaria esse cenário. Ainda, disse que recentemente conseguiram um aporte maior para o teto MAC do Amazonas, com o apoio da associação dos municípios, entre outros. A secretária Shádia Fraxe explicou que os recursos do Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), eram 25% bancados pelo município e os outros 25% pelo Estado, entretanto, o Estado não honrava seu compromisso, gerando um desgaste para o município requerer esse recurso financeiro. O vereador Elan Alencar julgou a situação difícil pelo fato da SEMSA ter que alocar recursos para que o serviço fosse realizado. Outro exemplo desse embaraço de competências entre a SEMSA com a Secretaria Estadual de Saúde, citado pela secretária da SEMSA, relacionou-se ao motivo da maternidade Moura Tapajós não realizar tratamentos de alta complexidade, apesar de receber recursos para isso. Na sequência, o presidente da COMSAU mencionou o procedimento de judicialização adotado por alguns municípios nesse desentendimento. Retornando a palavra à senhora Shádia Fraxe, ela relatou outro exemplo ocorrido no município de Lábrea/AM, no qual o município havia solicitado um aporte de quatrocentos mil reais para pagar os médicos da região, tendo sido negado pela SEAS. Por conseguinte, o município entrou na justiça e o Estado perdeu. A seguir, ela perguntou aos parlamentares se conheciam o Centro Especializado de Reabilitação do município (CER). Logo, convidou os vereadores para conhecerem a instituição, e relatou as características do serviço realizado por ela, destacando que o Ministério da Saúde conceituava o trabalho excepcional. Por conta disso, passaram a receber o aporte de cento e quarenta e oito mil reais por mês de contribuição para ajudar a custear a manutenção do prédio. Segundo a secretária, o valor era pequeno, mas de grande importância pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



reconhecimento do trabalho realizado pela instituição. Na mesma esteira, pontuou as ações que vinham sendo adotadas pela SEMSA com o intuito de disponibilizar o diagnóstico de câncer de mama, pois o diagnóstico precoce dava a chance da mulher ter 90% de cura dessa patologia. Enfatizou que, por esse serviço, não recebiam recursos financeiros. Em seguida, a senhora Vanilce Lima explicou que, especificamente, a rede de atendimento de atenção primária estava em curso da reforma das unidades de saúde para o segundo semestre deste ano, mas também tinha planos de ampliar todo o serviço até o ano de 2025. A senhora Shádia Fraxe, posteriormente, complementou sobre a escassez de contratar profissionais em psiquiatria. O senhor Djalma Pinheiro, no uso da palavra, falou sobre os cursos de capacitação que a secretaria realizava, visando entre outros, minimizar a carência de profissionais em psiquiatria, além de matricular profissionais a conduzir os casos leves em relação a rede de atenção psicossocial. A seguir, a senhora Vanilce Lima reportou-se à Lei Complementar n.º 141/2012 e a portaria de consolidação GM/MS n.º 01/2017, ambas especificadas no slide, as quais determinavam a prestação de contas da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), à Casa Legislativa, bem como ao Conselho Municipal de Saúde. Na sequência, explicou os tópicos que se referiam a dotação inicial e a despesa empenhada de janeiro a abril de 2023. A secretária disse que um terço do valor demonstrado já havia sido utilizado, uma vez que, nesse montante, não estava incluso os concursados que seriam chamados. Desse modo, o gasto com pessoal seria superior ao que estava disposto no orçamento. Na sequência, para a explicação do Monitoramento do PAS/1º quadrimestre de 2023, o subsecretário de gestão Djalma Pinheiro disse que, relativo ao primeiro item, até o mês de dezembro do corrente ano atingiriam a meta. Ao explicar o item dois, disse que as metas estabelecidas não eram utópicas, mas eram um tanto desafiadoras em todos os tópicos. Durante a explicação do item seis, falou que, de todos os agravos epidemiológicos, o mais desafiador estava relacionado a doença de tuberculose por causa do tempo entre manifestação e diagnóstico da doença. No item sete, explicou que Manaus havia recebido o prêmio do Ministério da Saúde pelo trabalho realizado. Com relação ao item oito, a Secretaria de Saúde falou que Manaus foi a capital com maior cobertura vacinal. Logo, o subsecretário de gestão explicou o processo enfrentado pela secretaria para atingir esse patamar de destaque. Quanto ao item treze, ele falou que estariam sendo entregues cinco ambulâncias novas ao SAMU. Ainda, salientou que as ações elencadas no monitoramento do PAS e executadas pela SEMSA estava por cinco quadrimestres seguidos no Índice Sintético Final (ISF), entre as capitais, muito bem avaliado, e por esse motivo os gestores brigavam pela valorização de seus servidores. A seguir, a secretária Shádia Fraxe falou a respeito do trabalho realizado para equipar a Estratégia Saúde da Família, mencionando que até final de setembro do ano de 2023, estaria sanada a falta de médicos nessas equipes. Na continuação, o vereador Marcelo Serafim indagou sobre as Casinhas de Saúde. Em resposta, a senhora Shádia Fraxe disse que seriam desativadas aos poucos, pois, mesmo que



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



soubessem o papel que esses núcleos de saúde desenvolveram no passado, no contexto atual, não havia condições de mantê-las. Então, o vereador Marcelo Serafim perguntou quantas eram. Em resposta, o subsecretário Djalma Pinheiro falou que eram quarenta. A seguir, o parlamentar falou que esse declínio acontecia também na saúde, e a população reclamava porque foi criada uma cultura de que todos os serviços básicos deveriam ser disponibilizados próximos à residência. Entretanto, nenhum município poderia atuar dessa forma, uma vez que precisaria de boas estruturas. A seguir, a secretária Shádia Fraxe citou a resistência à mudança na comunidade do Puraquequara, onde os moradores daquela localidade haviam feito uma abaixo-assinado com mil e quatrocentas assinaturas para que a unidade de saúde não fosse desativada. Depois, o vereador Marcelo Serafim indagou sobre o aumento salarial dos servidores da saúde. Segundo o parlamentar, havia por parte da SEMEF um descaso com esses profissionais, pois os compromissos assumidos não haviam sido honrados, e ainda havia a questão da mudança da data-base desses servidores. Logo, o vereador fez um apelo ao secretário de articulação política, Walfran Torres, para que ele e o líder do prefeito na Casa Legislativa, vereador Eduardo Alfaia, intervissem junto ao prefeito David Almeida, a fim de que todo esse imbróglio fosse resolvido. O Vereador Dr. Daniel Vasconcelos, na continuação, elogiou o trabalho realizado pela SEMSA, mesmo com limitações de recursos financeiros, não foi empecilho para atingir as metas e ser bem avaliado pelo programa PREVINE Brasil, do Ministério da Saúde. A seguir, pontuou sobre a data-base dos servidores da saúde, salientando que eles estavam revoltados com todo o impasse não resolvido e demonstrou preocupação caso resolvessem paralisar as atividades. Ao finalizar, solicitou providências. Com a palavra, o vereador Eduardo Alfaia iniciou sua fala se reportando ao encerramento do atendimento realizado nas Casinhas de Saúde da Família, dizendo que elas não se adequavam no contexto atual, por isso seriam desativadas, todavia, de forma pacífica. Disse que o serviço que a substituiria seria de qualidade superior. Logo, o Subsecretário de Gestão, Djalma Pinheiro, disse que haveria todo um trabalho de comunicação envolvendo o conselho municipal de saúde, lideranças comunitárias, conselho tutelar etc. Ainda, falou que, das setenta e duas casinhas, já haviam sido desativadas quarenta e duas e os ruídos eram pontuais, apesar do trabalho de comunicação realizado. A maioria dos casos eram resolvidos, poucos não. Na sequência, o vereador Eduardo Alfaia abordou sobre o atendimento de saúde na zona rural, considerando os profissionais que prestam serviço naquela localidade como heróis por diversos motivos, entre os quais, a falta de estrutura e deslocamento difícil. Ainda, pontuou sobre a necessidade de descentralizar o atendimento das unidades básicas de saúde na zona rural porque haveria casos em que urgia do paciente o deslocamento para a capital para salvar sua vida. Na sequência, a senhora Vanilce Lima falou sobre como a falta de internet estaria sendo resolvida ainda nesse ano com a implantação de satélites, apesar de ser um serviço de alto custo. Na sequência, a senhora Shádia Fraxe falou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



descentralização do atendimento demandava uma ampla estrutura e profissionais capacitados, portanto, sem condições de amplificar esse atendimento. Ela afirmou comprometer-se em fazer um levantamento para verificar a possibilidade de realizá-lo. Posteriormente, o senhor Djalma Pinheiro complementou as colocações da secretária, dizendo que também haviam regulamentações à nível federal que deveriam ser cumpridas para disponibilizar atendimento à população, mas, nesse estudo que seria realizado, verificariam todas as possibilidades, inclusive, de firmar parceria com o Instituto de Medicina Tropical. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão, vereador Elan Alencar, agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública, às doze horas e cinquenta minutos. E, para que conste, eu, *Rosenice Rivera* (Rosenice Rivera), secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida, discutida e aprovada foi assinada pelos membros da Comissão.

Elan Alencar
Ver. Elan Alencar (DC)
Presidente da COMSAU

Kennedy Marques
Ver. Kennedy Marques (PMN)
Vice-Presidente

Marcelo Serafim
Ver. Marcelo Serafim (PSB)
Membro

Daniel Vasconcelos
Ver. Dr. Daniel Vasconcelos (PODE)
Membro

Lissandro Breval
Ver. Lissandro Breval (Avante)
Membro

